



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 2ª REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
BIÊNIO 2014-2015

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões da Reitoria, às
2 quatorze horas e dez minutos, reuniram-se os seguintes membros do CONSUP: O Magnífico Reitor
3 Substituto do Instituto Federal de Rondônia, Professor Natanael de Carvalho Pereira, Presidente
4 Substituto do CONSUP; Angélica Maria de Toledo Brogin e Sílvio Luís de Freitas, Representante
5 Suplente dos Docentes, convocado considerando justificativa de ausência do Titular José Sudré de
6 Oliveira; Tiago Lins de Lima, Representante Titular dos Técnicos-Administrativos; Thiago Pacife de
7 Lima, Representante Suplente dos Técnicos-Administrativos, convocado considerando justificativa de
8 ausência da Titular Juliana Vieira Saldanha; Edinaldo Almeida da Silva e Carlos Renato Romano
9 Lopes, Representantes Titulares dos Discentes; Vanderley Antônio Chorobura Klein e Siguimar
10 Francisco da Cruz, Representantes Titulares dos Egressos; Osvino Schmidt e Juliano Cristhian Silva,
11 Representantes Titulares do Colégio de Dirigentes; Nina Cátia Alexandre Cavalcante, Representante
12 Suplente do SENAC/RO, convocada considerando justificativa de ausência do Titular Hilton Gomes
13 Pereira; Elaine Aparecida de Lima Vianna, Representante Titular da Eletrobrás; Edilberto Fernandes
14 Syrczyk, Representante Titular do SINASEFE/RO e Alvino Moraes de Amorim, Representante
15 Suplente do SINASEFE/RO; Wilson Conciani, Representante Suplente da SETEC/MEC, convocado
16 considerando justificativa de ausência da Titular Rejane Maria de Araújo Vago. Os conselheiros
17 titulares e suplentes da SEDUC/RO justificaram suas ausências da reunião. O Professor Natanael deu
18 início à reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu posse aos seguintes conselheiros:
19 Wilson Conciani, Representante Suplente da SETEC/MEC; Alvino Moraes de Amorim, Representante
20 Suplente do SINASEFE/RO; Nina Cátia Alexandre Cavalcante, Representante Suplente do
21 SENAC/RO. Informou que os conselheiros titulares e suplentes que ainda não tomaram posse,
22 considerando que esta é a terceira reunião do conselho, será enviado os respectivos Termos de Posse
23 aos mesmos, para que assim esta situação fique regularizada. Prossegue esclarecendo que devido à
24 justificativa de ausência intempestiva do conselheiro José Sudré, não foi possível a convocação do
25 conselheiro suplente, Heleno Soares de Oliveira, que reside em outro município. Desta forma,
26 considerando que o conselheiro suplente, Sílvio Luís de Freitas, já havia confirmado participação na
27 reunião, ele está na posição de titular da representação docente. Esclarece que os conselheiros
28 suplentes podem participar das reuniões juntamente com os conselheiros titulares, contudo neste caso,
29 sem voz e voto e sem ônus ao IFRO. Após, segue-se a aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária,
30 a qual é aprovada por unanimidade, sem ressalvas, pelos presentes. O Professor Natanael prossegue

3.
Edinaldo Almeida da Silva
Thiago Pacife
Vanderley Antônio Chorobura Klein
Siguimar Francisco da Cruz
Osvino Schmidt
Juliano Cristhian Silva
Nina Cátia Alexandre Cavalcante
Elaine Aparecida de Lima Vianna
Edilberto Fernandes Syrczyk
Alvino Moraes de Amorim
Wilson Conciani
Rejane Maria de Araújo Vago
José Sudré
Hilton Gomes Pereira
Heleno Soares de Oliveira
Sílvio Luís de Freitas

31 passando a palavra ao relator do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINTE (2014),
32 conselheiro Juliano, **Ponto 1 da pauta:** O conselheiro cumprimenta os presentes e passa a leitura do
33 seu parecer. Informa que no PAINTE estão previstos os trabalhos que a Auditoria Interna deve realizar
34 no âmbito dos *Campi* e Reitoria no ano de 2014. Ressalta que este documento já foi encaminhado a
35 Controladoria Geral da União – CGU e, agora está para aprovação no Conselho. O conselheiro
36 apresenta parecer favorável, com a ressalva de que, nos próximos anos, o documento deverá ser
37 encaminhado primeiramente ao Colégio de Dirigentes para que os Diretores-Gerais de *Campi* tenham
38 conhecimento do teor do documento. Passa a palavra aos conselheiros. O conselheiro Edilberto
39 questiona o número baixo de servidores na Auditoria e pergunta sobre a previsão de alteração neste
40 quadro. Em resposta, o Professor Natanael esclarece que foram disponibilizadas quatro vagas para
41 auditor no concurso aberto recentemente, tendo como proposta que dois auditores fiquem com a parte
42 de controle interno de processos e dois auditores com o trabalho de auditoria. Ressalta que atualmente
43 faltam servidores com perfil no quadro do IFRO e que a CGU precisa aprovar a indicação. O
44 conselheiro Tiago Lins questiona se a CGU pode não aprovar a indicação. Professor Natanael
45 responde que sim, com exceção dos auditores concursados. Prossegue esclarecendo que a Auditoria
46 trabalha por amostragem na análise dos processos, e caso seja detectado problemas na amostra,
47 analisa-se o todo. O conselheiro Edilberto questiona ainda a questão das tabelas, inventário físico e
48 financeiro, ser por amostragem, o que pode acarretar em falha na análise. O Professor Natanael
49 responde que os inventários de todos os *Campi* estão na Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado –
50 CPALM, e que a Auditoria fará análise de três *Campi*. Informa que a Pró-Reitoria de Planejamento e
51 Administração – PROPLAD está trabalhando na padronização dos inventários, com vistas a facilitar a
52 elaboração e levantamento dos mesmos. O conselheiro Tiago Lins complementa dizendo que os
53 materiais são cadastrados no Siga-Adm e que é possível extrair relatórios. Com relação à porcentagem
54 de processos que passarão por análise, o conselheiro Edilberto diz que acha poucos processos, haja
55 vista, o grande volume de processos licitatórios que deixarão de serem analisados e sugere que este
56 percentual seja revisto. O Professor Natanael esclarece que a CGU trabalha com estatísticas e informa
57 que o relatório prévio encaminhado a Controladoria tinha um percentual maior, contudo a própria
58 CGU pediu que fosse reduzido para viabilizar a análise. Às quatorze horas e vinte e nove minutos o
59 conselheiro Thiago Pacife faz-se presente na reunião. O Professor Natanael prossegue dizendo que
60 estamos em constante auditoria pela CGU, que frequentemente nos solicita documentos, além dos
61 descritos no PAINTE. O conselheiro Silvio aponta que a questão ortográfica do PAINTE deve ser revista,
62 bem como a estrutura organizacional - a quem a Auditoria Interna está subordinada. O conselheiro
63 Juliano faz a leitura das contribuições dos conselheiros constante no parecer e dá voto favorável a
64 aprovação. O Professor Natanael coloca para aprovação. Aprovado por unanimidade, com as
65 recomendações sugeridas. **Ponto 2 – Criação e Funcionamento de Polo de Educação a Distância:** O
66 relator do processo, conselheiro Juliano, informa que o mesmo foi elaborado pela equipe do Câmpus
67 Porto Velho Zona Norte, baseado na Portaria Ministerial/MEC nº. 1.291, de 30 de dezembro de 2013,
68 que prevê procedimentos para criação de novos polos. Ressalta que, mesmo não tendo a

3.

Edilberto

Thiago Pacife

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Plano

gm?

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

69 obrigatoriedade de aprovação por parte do Conselho Superior, pois os vinte e cinco polos constantes
70 no processo foram criados antes da referida portaria, a equipe do Câmpus, com objetivo de manter a
71 lisura e transparência da Administração Pública, submete o processo ao Conselho para apreciação. O
72 conselheiro finaliza com a leitura do parecer e dá voto favorável a aprovação. O conselheiro Sílvio
73 salienta que faz parte da Educação a Distância desde o início de sua criação no Instituto, como tutor
74 presencial, e sente a necessidade de um ambiente de integração com o aluno, podendo ser este, um dos
75 motivos de evasão dos alunos. Acrescenta que a estrutura dos polos de Machadinho d'Oeste e
76 Candeias é precária, e que outro grande problema é a questão da distribuição do material didático, o
77 que pode vir a prejudicar a idoneidade do Instituto. O conselheiro Osvino, após cumprimentar os
78 presentes, informa que recebeu os avaliadores do INEP recentemente no Câmpus Ariquemes, visando
79 o credenciamento do EaD para nível superior. Destaca que devemos nos preocupar com a qualidade
80 das aulas, tanto quanto com a estrutura física, e que devemos zelar pela modalidade EaD tanto quanto
81 pela presencial, oferecendo, desta forma, ensino a uma quantidade maior de pessoas. O Professor
82 Natanael ressalta que embora possamos enfrentar dificuldades não conseguiríamos a amplitude de
83 alcance do ensino que possuímos atualmente sem a educação à distância. O conselheiro Edilberto
84 questiona em que estágio está a produção de materiais próprios – material pedagógico, vídeo-aula,
85 plataforma. O conselheiro Sílvio esclarece que desde junho do ano passado todas as aulas são
86 produzidas pelo IFRO e que o material didático impresso que deveria ser entregue no início do ano,
87 ainda não chegou aos alunos. O conselheiro Juliano acrescenta que qualidade do sinal de transmissão
88 das aulas não é codificado e que a comunidade pode assistir de casa. O conselheiro Edilberto
89 questiona ainda, como foi feito o levantamento de demanda para implantação dos polos, considerando
90 que foram abertos de uma só vez dezenove polos. O Professor Natanael esclarece que, em junho do
91 ano passado, ocorreu uma reunião no Câmpus Porto Velho Zona Norte, com os prefeitos dos
92 municípios que solicitaram a implantação dos polos e em seguida o Diretor Geral do Câmpus fez uma
93 visita in loco a todos os municípios que solicitaram os polos. O conselheiro Thiago Pacife coloca que
94 todos os vinte e cinco polos já estão em funcionamento e o conselheiro Juliano reforça que o objetivo
95 da análise deste processo é dar transparência ao processo de implantação dos polos. O Professor
96 Natanael salienta que as observações dos conselheiros são importantes e serão repassadas ao Câmpus.
97 Reforça que anualmente é feita prestação de contas de todo o recurso utilizado no e-Tec. Em seguida,
98 coloca o processo para aprovação, reiterando que os novos polos passarão pelo Conselho Superior
99 antes de serem implantados. Aprovado pela maioria dos presentes, com abstenção de voto do
100 conselheiro Edilberto. **Ponto 3** – Minuta do Reconhecimento de Saberes e Competências no âmbito do
101 IFRO: O conselheiro Juliano, relator do referido processo, faz um resumo do que é o Reconhecimento
102 de Saberes e Competências – RSC, com o intuito de ambientar os conselheiros externos a Instituição.
103 O RSC foi elaborado com base nas Leis nº 12.772, de 28/12/2012 e nº 12.863, de 24/09/2013, bem
104 como as determinações emanadas pelo Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e
105 Competências – CPRSC, instituído pela Portaria/MEC nº 491, de 10/06/2013, sendo o documento
106 norteador e regulamentador do processo de concessão do RSC no âmbito do IFRO. Em seguida, o

Handwritten notes and signatures on the right margin:
- A large scribble at the top.
- A signature that appears to be "Thiago Pacife".
- Another signature below it.
- A large scribble in the middle.
- A signature that appears to be "Edilberto".
- A signature that appears to be "Juliano".

3.
Thiago Pacife

Handwritten signatures and notes at the bottom:
- A signature that appears to be "Edilberto".
- A signature that appears to be "Juliano".
- A signature that appears to be "Sílvio".
- A signature that appears to be "Osvino".
- A signature that appears to be "Natanael".

Handwritten notes and signatures on the bottom right:
- A signature that appears to be "Natanael".
- A signature that appears to be "Edilberto".

107 conselheiro faz a leitura do parecer e acrescenta que o IFRO fez uma consulta prévia junto à
108 comunidade, em especial a docente e, com as contribuições dos servidores e do Colégio de Dirigentes,
109 bem como com contribuições de algumas propostas já tramitadas no CPRSC, a minuta do RSC foi
110 finalizada e é apresentada agora ao CONSUP para aprovação do encaminhamento da mesma ao
111 CPRSC. Pondera que somente após a análise e aprovação por esse Conselho o IFRO estará apto a
112 receber e tramitar os processos do RSC. O relator dá voto favorável. Prosseguindo, o Professor
113 Natanael informa que o Professor Gersony Tonini Pinto, atual Diretor Geral do Câmpus Guajará-
114 Mirim, foi indicado pelo IFRO ao CONIF para fazer parte da comissão que trata sobre o tema do RSC
115 em Brasília e colabora com a análise dos encaminhamentos do RSC de outros Institutos Federais,
116 fazendo parte da CAR (Comissão de Avaliação de Regulamentos). Acrescenta que o Professor
117 contribuiu para a elaboração da cartilha do RSC, lançada em dois mil e treze, disponível para consulta
118 em todos os sites dos Institutos Federais e participou ativamente na elaboração da minuta do RSC no
119 IFRO. Inicia-se o debate acerca do tema. O conselheiro Silvio questiona como será criado o banco de
120 avaliadores. O conselheiro Juliano responde que isto ainda é tema de discussão pelo CPRSC, contudo
121 deverá ser criado via Portaria do MEC, onde todos os docentes da rede poderão fazer sua inscrição e
122 haverá um sorteio para definir quem avaliará os processos, a ideia é não repetir avaliador até que todos
123 do banco tenham desempenhado este papel. O conselheiro Silvio questiona ainda, a questão da
124 pontuação da tabela de critérios e salienta que os níveis deveriam ser equiparados, com isonomia. O
125 Professor Natanael pondera que a quantidade de diretrizes deve ser alinhada como grau de dificuldade,
126 e que devemos sim buscar um equilíbrio. Ressalta que durante o processo a planilha sofreu cortes pelo
127 Ministério do Planejamento e que o texto da minuta é basicamente o texto apresentado pelo CPRSC,
128 as sugestões de melhoria são válidas para aprimorar o documento, mas não podemos fazer alterações
129 nas diretrizes. O conselheiro Silvio diz que entende, contudo reforça que esta é uma questão delicada
130 para colocar um ponto final e pede mais cautela na aprovação do documento. Prosseguindo o debate, o
131 conselheiro Wilson cumprimenta a todos e parabeniza pela discussão e preocupação com o
132 funcionamento e com a qualidade do ensino apresentada no IFRO. Fala que o RSC é resultado de uma
133 luta de mais de vinte anos, e que agora se tornou uma conquista concreta. Ressalta que este é um
134 documento de construção coletiva do MEC, MPOG, Reitores, participação do Sindicato, entre outros
135 organismos. Tendo sido elaborado um documento base para posterior avaliação do CPRSC. Caso
136 fossem criadas regras e pontuações diferentes, o CPRSC teria de conhecer trinta e nove regulamentos
137 diferentes o que dificultaria a análise, por isso a necessidade de elaboração de um documento
138 homogêneo. O conselheiro Edilberto pondera que o SINASEFE sempre foi contra a implantação do
139 RSC, por possuir um alto teor produtivista, o docente poderia deixar de investir em mestrado ou
140 doutorado. Questiona a questão da criação da comissão especial para avaliação dos processos e como
141 serão os prazos para análise e conclusão dos trabalhos com a apresentação de parecer, considerando
142 que cada avaliador estará em um Instituto. Questiona também, qual seria o mecanismo para
143 recebimento dos processos dos servidores docentes do antigo território, que atualmente são servidores
144 estaduais, mas que deverão passar a ser servidores federais. O conselheiro Juliano responde que, com


J.
Edilberto


Prime
Jm?

3.

Thiago Poete







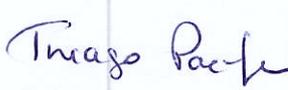
145 relação à questão dos prazos, será tratado junto ao regulamento de criação do banco de avaliadores,
146 que definirá como será desenvolvido este trabalho. O professor Natanael reforça a publicação da
147 cartilha do RSC, para orientar os docentes sobre o tema e que foi disponibilizado espaço para
148 sugestões, contudo a participação foi baixa. A conselheira Angélica questiona se a versão da minuta
149 apresentada hoje possui as informações prestadas após consulta aos Câmpus. O conselheiro Juliano
150 responde afirmativamente. O conselheiro Edilberto reitera o questionamento de como será conduzida a
151 questão dos servidores docentes do ex-território, se será elaborado um documento a parte ou será
152 incluso um artigo neste mesmo documento e também com relação aos prazos que a comissão terá. O
153 conselheiro Wilson ressalta que a questão do ex-território foi levada ao CONIF pelo IFMT e o
154 entendimento é de que será dado o mesmo tratamento que os docentes do Ensino Básico, Técnico e
155 Tecnológico receberão. Com relação ao sistema de avaliação será utilizado o mesmo método de
156 avaliação do INEP, sendo a primeira análise rápida e, se houver algum problema, a comissão se reúne
157 para verificar. O conselheiro Juliano reforça que está sendo trabalhado um regulamento que definirá as
158 diretrizes do processo de avaliação. O Professor Natanael sugere o seguinte encaminhamento:
159 aprovação do encaminhamento da minuta ao CPRSC, se não houver regulamentação com relação ao
160 prazo para avaliação, emite-se uma Portaria. O conselheiro Tiago Lins questiona se os técnicos
161 administrativos serão contemplados com oportunidades de qualificação e solicita celeridade na análise
162 da proposta de incentivo a auto-capacitação, apresentada pela CIS. Solicita que esta proposta, bem
163 como a proposta de afastamento *stricto sensu* estejam em pauta na próxima reunião do CONSUP. O
164 Professor Natanael responde que para a próxima reunião não será possível, considerando que a
165 proposta de afastamento foi entregue na semana passada e ainda precisa passar pela apreciação do
166 Colégio de Dirigentes. Aproveitando o questionamento, o Professor Natanael informa que o CONIF
167 encaminhou ao MEC uma solicitação para que seja elaborada uma lei para a extensão da concessão do
168 RSC aos técnico-administrativos e lei para criação de substitutos para os técnico-administrativos nos
169 mesmos moldes dos docentes. Diz também que a criação do técnico-administrativo substituto será
170 muito interessante para a elaboração de afastamento total para os TAE's e colocou a DGP a disposição
171 para que o conselheiro do SINASEFE possa verificar como é o procedimento para inclusão de um
172 substituto no SIAPE, ou seja, é necessário que efetivamente um servidor seja afastado nos moldes
173 previstos na lei que autoriza a contratação de substituto. Assim, pediu que esse tema fosse analisado
174 com bastante critério, pois será uma lei muito interessante para proporcionar o afastamento total aos
175 TAE's. Em seguida, coloca o encaminhamento da minuta do RSC para aprovação junto a CPRSC.
176 Aprovado por unanimidade. Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, o conselheiro Siguimar
177 deixa a reunião. **Ponto 4** – Projetos Pedagógicos dos Cursos de Técnico em Agropecuária
178 Subsequente ao Ensino Médio, Eletromecânica Subsequente ao Ensino Médio, Manutenção e Suporte
179 em Informática Subsequente ao Ensino Médio, Agroecologia e Edificações Integrado ao Ensino
180 Médio. O conselheiro Osvino, relator dos processos mencionados, esclarece que os PPCs foram
181 aprovados *ad referendum* pelo Reitor, considerando que não se pode iniciar o ano letivo sem os
182 mesmos estarem aprovados. Pondera que os PPCs sofreram um redimensionamento que visa à

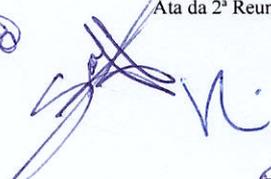
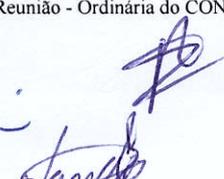
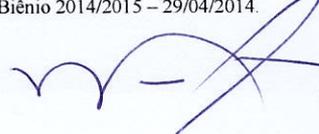







3.




183 otimização do período de conclusão dos estudos, tendo em vista a possibilidade de oferta de aulas em
184 horários alternativos, contratuais e de uso parcial da educação a distância. Apresenta voto favorável.
185 O Professor Natanael coloca para aprovação. Todos os processos são aprovados por unanimidade.
186 **Ponto 5 – Código Disciplinar Discente:** o conselheiro e relator, Osvino, faz a leitura do parecer,
187 destacando que este tema tramita desde o ano de dois mil e doze, com início das discussões para
188 elaboração da minuta no Câmpus Vilhena, após foi encaminhada aos *Campi* para análise e discussão,
189 seguindo, posteriormente, à apreciação do Colégio de Dirigentes. Ressalta que o processo foi
190 encaminhado à Procuradoria Federal junto ao IFRO, que expediu o Parecer nº
191 454/IFRO/PFRO/PGF/AGU, recomendando alterações, principalmente no título três. O processo foi
192 devolvido à Pró-Reitoria de Ensino para adequação das alterações e em seguida encaminhado ao
193 Reitor para encaminhamento ao CONSUP. O conselheiro acredita que a comunidade teve
194 oportunidade de se manifestar e ressalta que o CDD não difere dos regimentos que uma instituição
195 precisa ter, tornando-se um instrumento que balize nossas ações. O relator dá voto favorável, uma vez
196 que todas as recomendações da comunidade e Procuradoria foram acatadas. Contudo, considerando
197 que o processo digitalizado está com falta de páginas, bem como o tempo exíguo, com a concordância
198 dos demais conselheiros a matéria passa para a próxima reunião. Com o encerramento da pauta, o
199 Professor Natanael passa a palavra aos conselheiros. O conselheiro Wilson diz que a palavra evasão
200 apareceu diversas vezes durante a reunião, sendo que as razões da evasão têm sido discutidas no meio
201 acadêmico nos últimos cinco anos, contudo pouca coisa tem sido feita efetivamente. Faz um convite
202 para participação em um Workshop que está sendo organizado pelo Instituto Federal de Brasília, com
203 objetivo de que, além da discussão acadêmica, sejam debatidas as questões práticas, o que realmente
204 deve-se fazer para que nossos alunos sejam mais e melhores. Parabeniza o Conselho ressaltando a
205 importância do mesmo ter a participação de representantes da sociedade, o que garante olhares
206 diversificados. A conselheira Angélica informa que os processos que estão sendo encaminhados para
207 análise dos conselheiros, geralmente ao serem reencaminhados, não são recebidos por todos os
208 servidores da categoria e sugere que os documentos sejam disponibilizados no site do CONSUP. O
209 Professor Natanael fala sobre a futura criação da secretaria dos conselhos, o que viria facilitar a
210 comunicação com os conselheiros. O Professor encerra a reunião agradecendo a presença de todos.
211 Não havendo mais nada a tratar, às dezoito horas e cinco minutos, o Magnífico Reitor Substituto e
212 Presidente Substituto do CONSUP, dá por encerrada a reunião e eu, Thais Pereira Vargas, Assistente
213 em Administração, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros do
214 Conselho Superior.

Thais Vargas

José Luiz de Oliveira
Thais Pereira Vargas

Maria Angélica Silva Alves Henriques

Elaine Aparecida de Lima D'Amora

Walmir Gomes

Vanderley Antonio Chardura Filho

Edinaldo Almeida da Silva

Prof. Renato Lourenço Gomes
Câmpus Vilhena do Instituto Federal de Roraima